

1 **COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR**
2 **ATA DA 1ª/18 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

3
4 **Brasília, 12 de março 2018.**

5
6 **1.0 - ABERTURA**

7 Às 9:20 horas do dia 12 de março de 2018, o Comandante da Marinha, Coordenador
8 da CIRM, Almirante de Esquadra EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA,
9 declarou aberta a 1ª Sessão Extraordinária da CIRM em 2018, e deu boas-vindas aos
10 integrantes do Colegiado e convidados presentes. Explicou que essa Sessão tinha por
11 finalidade apreciar as minutas de decretos, encaminhadas à Casa Civil, para assinatura
12 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, versando sobre a criação de
13 Unidades de Conservação no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, e nas Ilhas de
14 Trindade e Martim Vaz. Tais áreas são consideradas estratégicas para a defesa e
15 soberania nacionais por constituírem áreas de fronteira. Por esse motivo, as propostas
16 em lide seriam analisadas pelo Conselho de Defesa Nacional.

17 **Membros e/ou Representantes que compareceram à Sessão:**

18 **Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil/PR)**

19 Senhor RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES (Titular).

20 **Ministério da Defesa (MD)**

21 Contra-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ (Representante);

22 Capitão de Mar e Guerra ROGÉRIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (Titular); e

23 Capitão de Mar e Guerra PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (Suplente).

24 **Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

25 Ministro REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO (Titular); e

26 Secretário RODRIGO MENDES CARLOS DE ALMEIDA (Representante).

27 **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**

28 Senhor FRANCISCO DE ASSIS DINIZ (Titular).

- 29 **Ministério da Educação (MEC)**
- 30 Professor EDUARDO RESENDE SECCHI (Representante).
- 31 **Ministério da Saúde (MS)**
- 32 Senhora ADRIANA NASCIMENTO SANTOS CARTAXO (Titular); e
- 33 Senhora NINIVE AGUIAR COLONELLO FRATTINI (Suplente).
- 34 **Ministério de Minas e Energia (MME)**
- 35 Senhor JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA (Titular).
- 36 **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG)**
- 37 Senhor MIGUEL CRISÓSTOMO BRITO LEITE (Titular).
- 38 **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)**
- 39 Senhor ANDREI DE ABREU SODRÉ POLEJACK (Suplente).
- 40 **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)**
- 41 Senhor LUIZ MIGUEL BATUIRA FALCÃO (Titular).
- 42 **Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)**
- 43 Senhor MARCOS PAULO BOGOSSIAN (Titular).
- 44 **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**
- 45 Senhor JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA (Representante);
- 46 Senhora ANA PAULA LEITE PRATES (Titular); e
- 47 Senhor RICARDO SOAVISNKY (Representante).
- 48 **Ministério da Integração Nacional (MI)**
- 49 Senhor WILFRIDO TIRADENTES DA ROCHA NETO (Titular).
- 50 **Ministério do Turismo (MTur)**
- 51 Senhor CRISTIANO ARAÚJO BORGES (Titular).
- 52 **Ministério do Esporte (ME)**
- 53 Senhor DANIEL CHIERIGHINI BARBOSA (Titular).
- 54 **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)**
- 55 Contra-Almirante RENATO BATISTA DE MELO; e
- 56 Capitão de Mar e Guerra FRANCISCO ANDRÉ BARROS CONDE.
- 57 **Convidados**

58 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)**

59 Senhora ELIELMA BORCEM;

60 Senhora MARIA BÁRBARA; e

61 Senhora CAMILA CAMILO.

62 **Gabinete do Comandante da Marinha (GCM)**

63 Capitão de Mar e Guerra SÉRGIO GAGO GUIDA; e

64 Capitão de Mar e Guerra ELIAS VOULGARELIS.

65 **Estado-Maior da Armada (EMA)**

66 Capitão de Mar e Guerra LEONARDO DA SILVA MELLO; e

67 Capitão de Fragata (T) TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES.

68 **2.0 - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

69 **2.1 - Adoção da Agenda**

70 O Coordenador submeteu ao plenário a aprovação da Agenda Provisória, projetada
71 nas telas, sendo a mesma aprovada sem alterações.

72 **3.0 - ASSUNTOS PARA APRECIÇÃO**

73 O Coordenador relatou que encontravam-se nas pastas as versões mais recentes da
74 “Proposta de Decreto para a Criação de Unidades de Conservação no Arquipélago de
75 São Pedro e São Paulo”; e da “Proposta de Decreto para a Criação de Unidades de
76 Conservação nas Ilhas Oceânicas de Trindade e Martim Vaz”. Salientou que, em que
77 pese tratar-se de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, é importante frisar
78 que ela conta com o empenho pessoal do Presidente da República, muito
79 possivelmente alguns ou todos os ministros responsáveis pelas instituições que
80 compõem a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar já foram ou serão
81 contatados pessoalmente pelo Presidente da República ou pelo Ministro do Meio
82 Ambiente (MMA) a respeito. O MMA e o Ministério da Defesa, por intermédio da
83 Marinha do Brasil encontram-se de acordo em relação às tratativas, tendo em vista
84 que estas propostas resultam de uma articulação de interesses comuns, com os
85 propósitos de ampliar a área de proteção da biodiversidade associada a ecossistemas
86 marinhos raros, além de fortalecer a soberania sobre nossa Zona Econômica

87 Exclusiva, e as atribuições da MB, especialmente aquelas previstas para a Autoridade
88 Marítima. No que se refere aos interesses da defesa nacional, é importante salientar
89 que devem ficar preservadas nas áreas a serem criadas: a atuação das Forças Armadas
90 e da Polícia Federal; as competências da Autoridade Marítima; a não interferência nas
91 atividades de Defesa Nacional; autorização de pesquisa científica; a execução dos
92 Programas PROTRINDADE e PROARQUIPÉLAGO; a implantação e manutenção
93 de estruturas, infraestruturas e instalações físicas, bem como a instalação de
94 equipamentos de monitoramento e outros julgados necessários para manutenção do
95 aprestamento das Forças Armadas e aqueles que visem à Segurança e Soberania
96 Nacional. Nas propostas a serem apreciadas, destacou os principais tópicos acordados:
97 delimitação das áreas que integrarão as Unidades de Conservação (UCs); seguridade
98 dos direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e
99 gestão dos recursos naturais; a liberdade dos mares e utilizações legais reconhecidas
100 pelo Direito Internacional Marítimo; a execução dos acordos e tratados vigentes de
101 atividades pesqueiras, de transportes marítimo ou aéreo, de esportes e de turismo, bem
102 como suas renovações; o ordenamento das atividades de pesca, turismo e atividades
103 econômicas compatíveis com a conservação ambiental; a garantia das atribuições das
104 Forças Armadas; e daquelas relacionadas à Autoridade Marítima quanto à salvaguarda
105 da vida humana no mar, segurança da navegação e à poluição hídrica; a promoção e
106 execução de pesquisas científicas e educativas; a preservação dos ambientes marinhos
107 e seus ecossistemas; e que o Plano de Manejo seja submetido à análise prévia da
108 Marinha do Brasil, a qual poderá apresentar exigências técnicas antes de sua
109 aprovação final. Tendo em vista que a CIRM possibilita a manifestação dos principais
110 interessados na utilização dos recursos marinhos de forma racional e sustentável para
111 o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, considerou que os diálogos
112 relacionados com possíveis desdobramentos, como os planos de manejo decorrentes,
113 sejam realizados no âmbito desse colegiado. Para a apresentação do assunto com
114 maiores detalhes, o Almirante LEAL FERREIRA concedeu a palavra ao Senhor JOSÉ
115 PEDRO DE OLIVEIRA COSTA, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio

116 Ambiente (MMA), tendo o mesmo agradecido o empenho do Ministério da Defesa,
117 do Comando da Marinha e demais instituições que colaboraram na elaboração das
118 propostas para criação de Unidades de Conservação no Arquipélago de São Pedro e
119 São Paulo, e nas Ilhas de Trindade e Martim Vaz. Na apresentação sobre ‘Criação de
120 Áreas Marinhas Protegidas’, o Senhor JOSÉ PEDRO destacou que atualmente 1,5%
121 da área marinha do Brasil é considerada protegida, e citou que o novo caminho de
122 conservação dos oceanos no mundo mostra diversos países criando novas áreas com
123 ajuda de suas respectivas forças armadas, a exemplo do Chile e Austrália que contam,
124 respectivamente, com 46% e 33% do Mar Territorial e da Zona Econômica Exclusiva
125 como área protegida. Explicou que “Unidade de Conservação” é o espaço territorial e
126 seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características
127 naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de
128 conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se
129 aplicam garantias adequadas de proteção, conforme previsto no Sistema Nacional de
130 Unidades de Conservação (SNUC). As Unidades de Conservação (UCs) estão
131 divididas em dois grupos e cada um desses grupos apresentam diversas categorias
132 com diferentes objetivos específicos: a Unidade de Proteção Integral tem por objetivo
133 principal preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos
134 naturais; e a Unidade de Uso Sustentável tem por objetivo principal compatibilizar a
135 conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
136 Quanto às categorias de manejo das UCs há: Estação Ecológica, Reserva Biológica,
137 Parque Nacional, Monumento Natural (MONA), Refúgio da Vida Silvestre, Área de
138 Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional,
139 Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e
140 Reserva Particular do Patrimônio Natural. Destacou que um Monumento Natural
141 (MONA) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e tem como objetivo
142 básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Uma
143 APA é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de
144 atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a

145 qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos
146 básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e
147 assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Explicou que o processo
148 para a “Criação das Unidades de Conservação Marinhas no Arquipélago de São Pedro
149 e São Paulo e região de Trindade e Martim Vaz”, levando em conta a gestão ambiental
150 e a Soberania Nacional, foi construído conjuntamente entre o Ministério do Meio
151 Ambiente (MMA), o Ministério da Defesa (MD)/Marinha do Brasil, e com a
152 colaboração do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes, da
153 Secretaria de Pesca e Aquicultura/MDIC, e dos Governos do Espírito Santo e
154 Pernambuco, e que durante o processo foram realizadas duas consultas públicas, uma
155 em Recife/PE e outra em Vitória/ES. O Senhor JOSÉ PEDRO projetou, ainda, a
156 proposta apresentada na consulta pública referente à APA e ao MONA do Arquipélago
157 de São Pedro e São Paulo, importante por ser o menor e mais isolado arquipélago
158 tropical do planeta, com elevada concentração de espécies endêmicas e ameaçadas de
159 extinção, um território estratégico para a Soberania Nacional. Lembrou, também, as
160 metas internacionais previstas na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), até
161 2020, conservar pelo menos 17% da porção continental e 10% das Zonas Costeiras e
162 Marinhas; e nas Metas do Milênio - ONU, até 2020, conservar pelo menos 10% das
163 Zonas Costeiras e Marinhas. O Senhor JOSÉ PEDRO salientou que, após a consulta
164 pública, as propostas iniciais sofreram as adequações sugeridas pelos órgãos
165 interessados no tema, e foram encaminhadas para a Casa Civil. Após a apresentação
166 foi projetado um vídeo com pronunciamento feito pelo Presidente TEMER sobre o
167 tema para o “*World Ocean Summit*” em realização, no México. O Coordenador
168 agradeceu ao Senhor JOSÉ PEDRO pela explanação que mostrou a importância do
169 trabalho que está sendo feito para a criação dessas áreas marinhas protegidas.
170 Explicou que a Marinha defendeu que fossem mantidos setores livres nessas duas
171 áreas, tendo em vista que o Arquipélago de São Pedro e São Paulo é uma área que o
172 Brasil considera ZEE, sendo aceita pela comunidade internacional, com base no
173 trabalho que vem sendo desenvolvido por pesquisadores brasileiros que mantêm a

174 ocupação permanente da Estação de Pesquisa ali existente, garantindo a própria
175 existência da ZEE. Daí a necessidade de mantermos uma área separada para garantir
176 que o Brasil tenha direito a considerar essa área sob jurisdição nacional. Por sua vez, a
177 Ilha da Trindade e Martim Vaz despertam interesse militar muito grande, haja vista
178 que aquela área já foi utilizada por submarinos alemães para reabastecimento. Além
179 da importância militar, o posicionamento da Ilha da Trindade é determinante na nossa
180 capacidade de monitorar essa área de proteção ambiental enorme, situada a mais de
181 700 milhas da costa, e quer sob aspectos ambientais ou de Defesa Nacional, não há
182 como fazer isso a não ser a partir da própria Ilha. Salientou que a Marinha tem um
183 passado de preservação e conservação das áreas que ocupa, mesmo as mais remotas,
184 e citou como exemplo Alcatrazes, Ilha da Marambaia, e mesmo a recuperação da
185 vegetação da Ilha da Trindade.

186 **4.0 - INTERVALO**

187 O Coordenador informou que em virtude de compromissos assumidos anteriormente,
188 precisava se ausentar da Sessão e propôs um breve intervalo, e que o Almirante
189 RENATO MELO, Secretário da CIRM, conduziria as apreciações feitas pelos
190 representantes.

191 **5.0 - PALAVRA ABERTA**

192 Após o intervalo, o Almirante RENATO MELO aproveitou a presença de todos e
193 apresentou o Comandante GUIDA que será o próximo Secretário da Comissão
194 Interministerial para os Recursos do Mar, e por isso acompanhou a Sessão como
195 convidado. Lembrou que mesmo não sendo uma reunião deliberativa, esse Plenário
196 foi convocado para a apreciação de iniciativa que visa criar Unidades de Conservação
197 no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, e nas Ilhas de Trindade e Martim Vaz. Em
198 seguida passou a palavra ao plenário para que cada representante fizesse as suas
199 apreciações sobre as propostas de decretos apresentados. O Almirante ARENTZ,
200 representante do Ministério da Defesa (MD) ressaltou a importância desse assunto, e
201 que apesar dessa reunião não ser deliberativa, de fato a Defesa por intermédio da
202 Marinha tem trabalhado em conjunto com o MMA para o avanço desse processo.

203 Acrescentou que se algum representante observasse aspecto que pudesse ser
204 modificado, que haveria a possibilidade do mesmo ser ou não implementado por
205 ocasião da elaboração do Plano de Manejo. O Senhor RODRIGO, comentou que as
206 minutas de decretos têm sido discutidas por um grupo na Casa Civil quanto ao mérito,
207 os aspectos da legalidade e da constitucionalidade, tendo recebido sugestões de
208 aperfeiçoamento do MME e da Secretaria de Aquicultura e Pesca. Destacou que as
209 propostas que estão sendo apreciadas pelo plenário da CIRM representam o estágio
210 atual dos atos a serem submetidos à assinatura do Senhor Presidente da República, no
211 próximo dia 19 de março, em cerimônia alusiva ao dia mundial das águas. O Senhor
212 BOGOSSIAN informou que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
213 (MTPA) não vê obstáculos nas propostas apreciadas. O Ministro REINALDO
214 SALGADO, representante do MRE, parabenizou o MMA e o MD pelo trabalho
215 conjunto realizado, e lembrou da existência das metas de AICHI contidas na
216 Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e sem considerar as novas áreas, essas
217 metas dificilmente seriam cumpridas, até 2020. Salientou que do ponto de vista do
218 MRE as propostas que estão sendo apreciadas são muito positivas. O Professor
219 EDUARDO SECCHI destacou que o MEC vê com bons olhos essa iniciativa, pois
220 representa um avanço para a conservação da biodiversidade brasileira, especialmente
221 a conservação de espécies endêmicas que são comuns nas áreas em questão. Observou
222 que as propostas contemplam a garantia da manutenção da pesquisa científica e a
223 formação de recursos humanos que vem acontecendo ao longo dos anos pelo
224 PROTRINDADE e PROARQUIPELAGO. Considerou importante que o Plano de
225 Manejo a ser elaborado, tenha um caráter adaptativo para que em caso de necessidade
226 futura haja espaço para o atendimento de demandas que surgirem. O Senhor
227 FRANCISCO DE ASSIS, representante do MAPA, considerou que as propostas
228 contemplam a instalação e manutenção de equipamentos de monitoramento,
229 fundamentais para a continuidade das atividades inerentes a observações
230 meteorológicas e climáticas desenvolvidas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo
231 e na Ilha da Trindade. A Senhora ADRIANA, representante do Ministério da Saúde

232 considerou oportunas as propostas para a criação de áreas marinhas protegidas. O
233 Senhor UBALDINO lembrou que o MME vem discutindo o tema “Áreas Marinhas
234 Protegidas” com o Secretário JOSÉ PEDRO, mas observa que as áreas propostas
235 agora estão um pouco diferentes daquelas anteriormente acordadas, daí a necessidade
236 de que o MME receba e analise essa última versão que foi para a Casa Civil e possa se
237 posicionar, até o próximo dia 19 de março. O Senhor JOSÉ PEDRO assegurou que a
238 última versão já foi encaminhada ao Gabinete do Ministério de Minas e Energia. O
239 Senhor LUIZ MIGUEL, representante do MDIC, considerou importante a iniciativa
240 para a criação dessas áreas, e indagou se a transformação do Arquipélago de São
241 Pedro e São Paulo em MONA não vai afetar a delimitação da ZEE, considerando a
242 ocupação permanente. O Senhor JOSÉ PEDRO esclareceu que a proposta inicial
243 previa todo o arquipélago como área de proteção integral, mas a Marinha com firmeza
244 disse que isso não era possível, tendo em vista as atividades de pesquisa na Estação
245 Científica ali instalada. Assim, ficou acordado que no Arquipélago de São Pedro e São
246 Paulo haverá uma Área de Proteção Ambiental e uma Área de Monumento Natural. O
247 Senhor ANDREI destacou que as minutas de decreto apresentadas não passaram por
248 análise técnica do MCTIC, e lembrou que recentemente foi criado um Grupo de
249 Trabalho no âmbito da CIRM para tratar do “Plano de Manejo do Arquipélago de São
250 Pedro e São Paulo”. Salientou que encaminhamentos desse Grupo de Trabalho
251 estariam sendo negligenciados para aprovar as propostas dos decretos como estão.
252 Um dos encaminhamentos seria a apresentação de resultados científicos depois de
253 liberação pelo SISBIO sobre os estoques de pesca e as populações de peixes
254 comercialmente explorados naquela área. Indagou, qual é o retorno que vamos dar aos
255 pesquisadores que estão agora fazendo esse levantamento com autorização do
256 SISBIO. Sobre a estrutura dos decretos, a situação de se criar um Monumento Natural
257 estabelece a obrigatoriedade de pedido de autorização prévia para a realização de
258 pesquisa o que não é comum no PROTRINDADE e PROARQUIPELAGO, e esse
259 passo seria por meio do SISBIO. Nesse sentido, considerando que o MCTIC emite
260 autorizações para pesquisa, solicitou a inclusão no Art. 5º, em ambos os decretos, de

261 que além da Marinha e do ICMBio, o MCTIC também fosse envolvido no processo
262 de autorização para a realização de pesquisa. Chamou a atenção de que a Lei do
263 SNUC no Art.33 fala que “a exploração comercial de produtos e serviços obtidos a
264 partir de recursos naturais teriam prévia autorização”. Dessa forma, com uma visão de
265 futuro sobre os prováveis bioprodutos que são encontrados, especialmente em zonas
266 insulares, isso também tem que ser analisado à luz da lei da biodiversidade sobre
267 acesso e repartição de benefícios. Citou, ainda, que o Art.44 do SNUC prevê que as
268 ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza, e sua
269 destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental
270 competente. Considerando que a lei está acima do decreto, fica a dúvida sobre a
271 participação da Marinha em relação a isso, pois não é prevista na lei e sim no decreto.
272 Lembrou, ainda, que a mesma lei prevê que estão dispensadas de autorização, os
273 órgãos que se utilizam das ilhas por forças de dispositivos legais ou quando
274 decorrentes de compromissos assumidos, dando a entender que a ratificação da
275 Convenção dos Direitos do Mar libera a Marinha de pedir autorização para fazer
276 algum tipo de ação nas ilhas. Nessa situação, sugeriu que nos Artigos 6º dos decretos
277 que estão sendo apreciados, seja incluído o MCTIC, com a seguinte redação: item V-
278 “as atividades atualmente realizadas pela Marinha do Brasil e pelo MCTIC,
279 especialmente as relacionadas à pesquisa, ao preparo e emprego da referida Força
280 Naval”. No mesmo Artigo 6º das propostas dos decretos que trata de salvamento de
281 fauna e das espécies ameaçadas de extinção e as operações de prevenção, controle e
282 erradicação de espécies exóticas invasoras, o Senhor ANDREI sugeriu a inclusão da
283 frase “com base no melhor conhecimento científico disponível”. Concluindo, o
284 Senhor ANDREI enfatizou que o MCTIC tem interesse em participar dos Conselhos
285 da APA e também do MONA. O Senhor MIGUEL, representante do MPOG, alegou
286 que as propostas de decreto não chegaram a tempo de internalizar a questão no
287 referido ministério, mas que a princípio não vê problemas para a criação das áreas
288 marinhas protegidas em questão. O Senhor DANIEL comentou que o Ministério do
289 Esporte não tem nenhuma observação a fazer sobre as propostas de criação das áreas

290 marinhas protegidas em discussão. O Senhor WILFRIDO informou que o Ministério
291 da Integração não tem nenhuma observação com relação às propostas de decretos que
292 estão sendo apreciados. O Senhor CRISTIANO salientou que essa proposta não
293 passou no Ministério do Turismo para análise, mas no Art.5, inciso 2º da minuta de
294 decreto referente ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo o termo “ecoturismo”
295 deixa uma dúvida, pois hoje o turismo não é permitido nessas áreas. Em face dessa
296 dúvida, indagou se há algum acordo ou entendimento de que o turismo ocorra naquela
297 área. O Senhor JOSÉ PEDRO explicou que a intenção desse artigo era assegurar a
298 continuidade de uma série de atividades que já estão sendo desenvolvidas, e que,
299 salvo melhor juízo, o termo turismo poderia ser excluído tendo em vista que essa
300 atividade não vem sendo desenvolvida. A Senhora ELIELMA, representante da SEAP,
301 cumprimentou o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Defesa pelo esforço
302 desenvolvido para a criação das áreas marinhas protegidas no Arquipélago de São
303 Pedro e São Paulo e na Ilha da Trindade. Lembrou que existem fóruns internacionais
304 para discutir a questão do ordenamento pesqueiro, e destacou entre eles a Comissão
305 Internacional para Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). Informou que a
306 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca recebeu uma consulta prévia sobre o
307 estabelecimento dessas áreas tendo se manifestado favoravelmente, mas ressaltado a
308 importância da pesca naquela remota região, pois o Brasil tem frotas de Atuns e Afins
309 que atuam, principalmente, nos arredores do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.
310 Destacou que a iniciativa de criação de áreas marinhas protegidas em São Pedro e São
311 Paulo teve uma repercussão enorme no setor produtivo, o que demandou uma reunião
312 extraordinária do Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins a ser realizada no
313 dia 20 de março para discutir esse tema. Ressaltou que nas propostas de decretos que
314 estão sendo apreciados, observa-se que está contemplada a garantia da atividade de
315 pesca com sustentabilidade, dentro do que possa ser possível. Concluindo, a Senhora
316 ELIELMA manifestou a necessidade da Secretaria de Aquicultura e Pesca participar
317 das discussões para a elaboração do Plano de Manejo. O Senhor JOSÉ PEDRO
318 esclareceu que o Secretário de Aquicultura e Pesca já solicitou formalmente participar

319 dos Conselhos de cada uma das unidades. A Senhora ELIELMA indagou sobre o
320 trâmite final, se tem uma data para publicação, tendo em vista que no dia 20 de março
321 haverá uma reunião extraordinária do Comitê de Atuns e Afins para tratar desse
322 assunto. O Senhor RODRIGO lembrou que a recomendação na Casa Civil é que os
323 atos devem estar preparados para despacho e assinatura do Excelentíssimo Senhor
324 Presidente da República, até o dia 19 de março. O Almirante RENATO MELO
325 enfatizou que o objetivo dessa sessão era dar conhecimento e dirimir as dúvidas com
326 relação as propostas de criação de áreas marinhas protegidas, e solicitou que as
327 alterações que se julgarem necessárias sejam encaminhadas, o mais breve possível,
328 diretamente à Casa Civil. O Senhor ANDREI indagou se a Casa Civil fará a rodada de
329 consultas. O Senhor RODRIGO esclareceu que as consultas normalmente são feitas
330 aos ministérios propositores, e que informará que nessa reunião extraordinária da
331 CIRM para apreciação das propostas em questão, as pastas manifestaram sugestões a
332 serem incorporadas aos textos dos decretos. Concluindo, o Senhor RODRIGO sugeriu
333 que, com brevidade e a tempo, as sugestões fossem encaminhadas à Casa Civil.

334 **6.0 - ENCERRAMENTO**

335 O Almirante RENATO MELO comunicou que essa era a sua última reunião como
336 Secretário da CIRM e reconheceu o apoio e a colaboração dos membros na condução
337 dos trabalhos desenvolvidos nesse Colegiado. Desejou boa sorte ao Comandante
338 GUIDA e convidou os presentes para a cerimônia de transmissão do Cargo de
339 Secretário da CIRM programada para o dia 17 de março de 2018. Agradeceu a
340 presença de todos e sem nada mais haver para acrescentar, declarou encerrada a 1ª
341 Sessão Extraordinária da CIRM, em 2018.